

Quadro informativo

Pregão Eletrônico N° 90017/2025 (Lei 14.133/2021)

UASG 90028 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2A. REGIAO

Avisos (1)	Impugnações (0)	Esclarecimentos (3)
07/04/2025 13:47		<p>.</p> <p>QUESTIONAMENTO 01: Qual é a atual empresa prestadora dos serviços? VIGFAT VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA</p> <p>QUESTIONAMENTO 02: A empresa poderá apresentar as declarações, propostas e documentos devidamente assinados por meio de certificado digital do representante legal da empresa? A lei 14133/2021, art.12, § 2º assim dispõe: § 2º É permitida a identificação e assinatura digital por pessoa física ou jurídica em meio eletrônico, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil). Portanto, estando em conformidade com os padrões ICP-Brasil e dotados de elementos que permitam sua validação (QR Code ou outro objeto de verificação), não há óbice.</p> <p>QUESTIONAMENTO 03: Qual instituição financeira será utilizada para pagamentos? Banco do Brasil</p> <p>QUESTIONAMENTO 04: Tendo em vista a facultada da visita técnica, conforme o item 1.7.3 do Termo de Referência, entendemos tornar-se necessário apresentação da declaração de dispensa de visita técnica. Está correto nosso entendimento? Sim. A lei 14.133/2021, arts.63, § 2º e 67, VI, assim dispõe: Art. 63. Na fase de habilitação das licitações serão observadas as seguintes disposições: § 2º Quando a avaliação prévia do local de execução for imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o edital de licitação poderá prever, sob pena de inabilitação, a necessidade de o licitante atestar que conhece o local e as condições de realização da obra ou serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia. Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnicooperacional será restrita a: VI - declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação. Portanto, a declaração se torna imprescindível para não macular o certame, desde que a visita técnica não tenha sido feita. Caso seja necessária a apresentação da declaração, a mesma deverá ser assinada pelo representante legal da empresa ou pelo responsável técnico? Deverá ser assinada pelo responsável técnico do licitante.</p>